

## **20. Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas - ratificação**

Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a proposta de **ratificação** do referido regulamento nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual versão. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

Despachos	
<b>Chefe da Divisão de Apoio e Assessoria Jurídica</b>	<b>Diretor(a) do Departamento Jurídico</b>

Despachos
<b>Diretor Municipal de Gestão</b>

Despachos	
<b>Vereador, com competência delegada por despacho do Presidente de 18 de novembro de 2021</b>	<b>Presidente da Câmara Municipal</b>

**N.º Informação:** 79293

**Data:** 07/08/2024

**Assunto:** Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas - revisão

O Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas foi aprovado pela Câmara Municipal de Braga, em 05/05/2014 e pela Assembleia Municipal, em 26/09/2014 e posteriormente publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 221, 14 de novembro de 2014, Regulamento n.º 517/2014, tendo entrado em vigor em 05/12/2014.

Foi possível detetar agora que um dos diplomas legais referidos como Lei Habilitante, no artigo 1.º deste Regulamento, mais concretamente a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que havia aprovado a Lei das Finanças Locais, já se encontrava revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Verifica-se, pois, que subsiste a questão de rever e sanar, com a maior brevidade, este lapso de escrita no Regulamento e que decorre da automática revogação da Lei n.º 2/2007. Assim sendo, e s.m.o., somos do entendimento que pode ser introduzida a revisão diretamente no Regulamento n.º 517/2014, sem necessidade de procedimento de alteração regulamentar.

Nestes termos, propõe-se a seguinte revisão (adequação legal) ao artigo 1.º do Regulamento n.º 517/2014:

<b>REDAÇÃO ATUAL</b>	<b>PROPOSTA</b>
<p>Artigo 1.º</p> <p>Lei habilitante</p>	<p>Artigo 1.º</p> <p>Lei habilitante</p>
<p>O presente Regulamento é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, e da Lei 2/2007, de 15 de janeiro, com respeito pelas exigências constantes da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e, ainda, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, todos na redação em vigor.</p>	<p>O presente Regulamento é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, e da <b>Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro</b>, com respeito pelas exigências constantes da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e, ainda, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, todos na redação em vigor.</p>

#### **EM SUMA,**

**E face ao exposto supra, coloca-se à consideração superior a proposta de revisão identificada e a sua submissão, desde já, à apreciação e despacho do Ex.mo Sr. Presidente, que, em caso de concordância, deverá ser posteriormente ratificada pelos competentes órgãos autárquicos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual versão.**

A Jurista,